

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES INTERNACIONAIS DO WEBJORNALISMO

Mayara Cristina Korte; korte.mayara@gmail.com¹

Clarissa Josgrilberg Pereira; clarissa_jpereira@hotmail.com (coautor)²

RESUMO

O presente trabalho é o recorte do Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo que aborda os desafios éticos que a web trouxe para o jornalismo e que são enfrentados sem um norteamento delineado, uma vez que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros não traz deontológicas específicas para o webjornalismo. Objetivou-se buscar documentos-guias deontológicos jornalísticos internacionais que colaborem com a compreensão das complexidades éticas na prática do webjornalismo. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica teórico-exploratória e a análise documental de documentos com diretrizes para o jornalismo na web de sete países, a partir dos bancos do objETHOS e *Accountable Journalism*. A seleção partiu de mais de 400 documentos, sendo utilizados os princípios de análise de conteúdo para a sistematização das buscas e levantamentos dos principais pontos. As análises demonstram que há uma defasagem de orientações para a deontologia do jornalismo na web.

PALAVRAS-CHAVE

Ética. Deontologia. Código de Ética. Webjornalismo. Jornalismo.

1. INTRODUÇÃO

A web passou a proporcionar a descentralização das produções e a circulação de notícias, o que leva a uma complexa aplicação de preceitos deontológicos estabelecidos pela profissão (MACHADO, 2003). Dessa forma, as marcantes características da web, hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, memória, instantaneidade, personalização, ubiquidade (CANAVILHAS, 2014), são ingredientes acrescentados aos dilemas e desafios deontológicos a serem refletidos na prática do jornalismo de uma forma que a profissão ainda não tinha vivenciado, um momento de quebras e paradoxos essencial para uma prática crível e respeitosa.

¹ Bacharel em Jornalismo pela Universidade Regional de Blumenau – FURB.

² Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Orientadora do projeto. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).



REALIZAÇÃO



APOIO



Neste cenário, de presença do jornalismo no meio web, o jornalista possui Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com primeira versão em 1987 e última atualização em 2007, este é o documento referência que se tem para guiar a conduta ética da profissão, com o intuito de preservar sua credibilidade e relevância social. Contudo, com quase 15 anos sem atualização e mesmo tendo sido publicado após adesão em massa do jornalismo na web, o guia não traz diretrizes deontológicas que proporcionem clareza para a prática ética na web no Brasil.

Deolindo (2013) faz um importante apontamento ao argumentar que, embora tenha sido atualizado em um contexto da ascensão web, o texto não discorre sobre quaisquer termos-chave como “on-line”, “digital”, “convergência” ou “Internet”, por exemplo. Ao fazer esse apontamento, não desconsidera que há orientações sobre a prática jornalística que são consideradas universais, ou seja, podem ser aplicadas largamente tanto no jornalismo offline quanto no on-line.

Assim, foi a partir da consciência das transformações éticas enfrentadas pelo jornalismo em toda sua trajetória que se desenvolveu um Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo apresentado em 2021, dando origem ao presente artigo que buscou identificar as contribuições dos documentos deontológicos jornalísticos do Brasil e do mundo, sobre as dinâmicas éticas na prática do webjornalismo.

Para isso, após pesquisa bibliográfica para compreender questões teóricas que cercam a ética, a ética jornalística e o webjornalismo, utilizou-se a pesquisa documental, como estratégia para a realização do levantamento de documentos deontológicos com orientações para web. Segundo Gil (2002), esse método trata do levantamento para além dos livros e artigos científicos, se debruçando sobre fontes mais diversificadas, que não receberam tratamento analítico, como é o caso dos documentos analisados.

Dessa forma, com o intuito de colaborar com as reflexões sobre a ética do jornalismo na web e potenciais direcionamentos a serem incluídos nos códigos, efetuou-se o levantamento de diferentes documentos-guias, a nível mundial. Ao final, selecionados 12 documentos, por meio dos quais identificamos que países da América Latina e Europa trazem propostas de orientações deontológicas para o jornalismo na



REALIZAÇÃO



APOIO



web, e não somente a nível dos códigos, mas também de estatutos e manuais, os quais podem auxiliar em uma futura reformulação do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

2. DIRETRIZES DEONTOLÓGICAS PARA O WEBJORNALISMO

Quando se trata de falar da ética na prática profissional, ela recebe a denominação de deontologia. Os diferentes campos profissionais adotam diretrizes sobre como se portar e, apesar de haver a associação de que normas éticas tornam-se amarras, ainda assim, os códigos deontológicos que orientam a deontologia de um profissional são compelidos da liberdade de decisão individual.

Deontologia, derivado do grego *deontos*, significa *o que deve ser*, isto é, a cristalização provisória do mundo moral, validado pela reflexão ética, em normas sociais concretas em princípios formais e, em alguns casos, em normas jurídicas. A normatização deontológica de regras e condutas morais reflete, portanto, a sistematização social daquilo que existe na esfera moral e é objeto da reflexão ética. (KARAM, 1997, p. 33)

Os pilares do código de conduta do jornalismo brasileiro, assim como dos diversos códigos deontológicos ao redor do mundo foram construídos a partir de discussões reflexivas entre profissionais, em congressos e reuniões (DEOLINDO, 2013). Mas a existência de um código deontológico do jornalismo, “é apenas uma referência que não esgota a constante criação de uma prática profissional, com os novos problemas e posturas que surge” (KARAM, 1997, p. 53).

É nesta perspectiva que Christofolleti (2012) destaca que o valor do código deontológico do jornalismo como sendo uma complexa construção, “resultado de um processo de discussão coletiva, de definição de limites para o grupo ao qual é dirigido, e de sinalização dessas balizas para os demais agrupamentos sociais com os quais se têm relação” (CHRISTOFOLLETI, 2012, p. 94).

2.1 Percurso para encontrar diretrizes norteadoras

Para a realização da análise, foi definido o *corpus* inicial para a apuração e posterior seleção se deu a partir de dois bancos de dados que armazenam diversos



REALIZAÇÃO



APOIO



códigos de ética do mundo. O primeiro é a Coleção de Códigos Deontológicos do Observatório de Ética Jornalística, objETHOS, com dois volumes disponíveis *on-line* e que somam 49 documentos de diferentes países e continentes. Para ter o texto mais atual possível, buscou-se os documentos nos sites oficiais das organizações jornalísticas, a fim de identificar os textos originais.

O segundo banco no qual foi efetuado o levantamento foi do site *Accountable Journalism*, projeto colaborativo internacional desenvolvido pelo *The Reynolds Journalism Institute and the Ethical Journalism Network*, sediado no Reino Unido e de colaboração internacional editores, jornalistas e proprietários de empresas jornalísticas. O objetivo do site do projeto é a construção de um acervo mundial de códigos de conduta ética e organizações de imprensa. Nele constam 401 documentos, desde códigos a estatutos e manuais.

Dessa forma, a pesquisa de campo virtual se deu em duas fases. Uma primeira de caráter exploratório, que buscava imergir no universo dos documentos e nos familiarizar com eles, que ocorreu de abril a junho de 2021. E, na segunda fase foi efetuada a seleção dos documentos a serem analisados, seguindo algumas diretrizes de busca. A imersão nos documentos foi para verificar o seu conteúdo, entender as propostas e problemas que trazem (GIL, 2002), para dessa forma se familiarizar com eles e construir uma análise qualitativa do material.

Foram utilizados os princípios de análise de conteúdo, que trata de sistematização do trabalho de análise e utiliza de seleção, pré-análise e posterior aprofundamento para identificação de pontos relevantes e interpretação dos conteúdos, conforme ponta Gil (2002). No entanto, não foi utilizada uma ficha fechada de categorização. Os princípios serviram para o norteamto e definição de categorias de análise a serem utilizadas na seleção desses documentos analisados e a serem detalhados mais adiante.

Assim, as leituras preliminares dos documentos foram efetuadas considerando que fossem de diferentes partes do mundo. O intuito era captar diferentes perspectivas, uma vez que, apesar de haver valores universais da profissão, cada país é uma sociedade única e seu jornalismo também terá especificidades.



REALIZAÇÃO



APOIO



Uma vez que há inúmeros documentos que fazem o direcionamento dos profissionais, e o tempo disponível para o levantamento e análise limitado, foi necessário fazer um processo de filtragem e estabelecer critérios.

Nessa fase inicial de imersão e familiarização com os textos dos documentos, foi efetuada a leitura de cerca de 50 documentos-guias de diferentes partes do mundo, sem muito rigor. A busca considerando países de diferentes continentes e acessando dispersamente, uma vez que se desconhecia quais poderiam ter direcionamentos para a web. A partir do filtro inicial e considerando os critérios descritos, em um segundo estágio foi efetuada uma nova filtragem, onde chegamos a 12 documentos-guias: quatro códigos (Canadá, Chile, Estados Unidos, Finlândia), três manuais (EUA, Paquistão e Suécia) e cinco estatutos, estes de associações do Brasil.

Após uma reflexão criteriosa para identificar diretrizes deontológicas específicas para a prática jornalística na web, optou-se por eliminarmos cinco dos 12 documentos. Ao contrário do que identificamos inicialmente, não traziam orientações deontológicas voltadas para a prática do jornalismo na web, fechando a seleção para a análise em sete documentos.

Os textos que foram considerados faziam referência às questões específicas da web, como a correção de erros, apuração, instantaneidade, exclusão de conteúdo na web, linkagem, relacionamento com fontes derivantes da web, construção da notícia com algum nível de colaboração da população e direitos de imagem. Ou seja, elementos que afetam a qualidade jornalística e a percepção que a população pode ter do jornalismo e do material que ele entrega. Esses pontos são levantados por diversos pesquisadores da web (KUCINSKI, 2005; MACHADO, 2002; MIELNICZUK, 2004; SANTOS, 2019) como fatores importantes a serem refletidos, na busca pela compreensão da ação do jornalista no meio e a forma como ocorre sua conduta deontológica.

Foram selecionados: três códigos (Canadá, Chile e Finlândia), três manuais (EUA, Paquistão e Suécia) e um estatuto (Brasil).



REALIZAÇÃO



APOIO



3. CÓDIGOS DE ÉTICA ANALISADOS

A construção de um código demanda complexidades maiores que os manuais e estatutos. Isso porque costuma ser uma construção de um coletivo muito mais abrangente. Por definição, o código tem o papel de reger profissão em um caráter de maior autoridade, apesar de não ter o papel ou a força da Lei, ou suas punições ficarem mais no âmbito moral e o cumprimento das premissas éticas ficar à mercê da consciência dos jornalistas (CHRISTOFOLETTI, 2011).

Foram analisados códigos de três países: Chile, Finlândia e Canadá. Eles assumem o papel de representantes em um âmbito nacional de todos os profissionais do jornalismo.

No Chile, há o *Estatuto del Colegio de Periodistas de Chile* (2015), que possui espaço para as orientações para o jornalismo praticado no digital. Entretanto, ao ler o que discorre o texto, verifica-se que as orientações para o jornalismo na web não trazem especificidades para o meio em que o jornalista consiga basear a sua conduta. Ele traz dois pontos. No primeiro há recomendações que indicam o jornalista para seguir as diretrizes descritas no documento voltadas para os meios tradicionais e que diz que se estendem para o jornalismo na web. No segundo tópico descrito, há um pouco mais de especificidade para web ao falar que é necessário indicar a fonte de informações adquiridas em outras plataformas, mas, ainda assim, de forma vaga.

A Finlândia é outro país que tem revisitado os códigos de conduta jornalística do país, com o objetivo de revisar ou anexar orientações mais específicas para a prática do jornalismo *on-line* (HASNAT, 2014). Exemplo disso é o Conselho para *Mass Media* Finlandês, que possui o *Guidelines for Journalists*, o equivalente ao Código de Ética Brasileiro.

Em 2014, o conselho finlandês fez atualizações gerais no código, sendo que desde 2011 possui um anexo sobre o conteúdo publicado no meio digital. As diretrizes trazem um alerta sobre a velocidade com que a web muda e altera as dinâmicas dentro do meio, justificando o fato dessas orientações éticas estarem separadas, em um anexo, do resto do código.



REALIZAÇÃO



APOIO



São cinco tópicos que abordam diretamente a questão das relações do jornalista que atua com a web com o público e que tratam da forma como essa relação impacta a notícia e a ética. A preocupação presente nos tópicos é a preservação da dignidade humana, tendo em vista que a web permite a perpetuação de diversos conteúdos que podem incitar ódio, violar privacidade e prejudicar pessoas. Porém, o texto é limitado no que tange aos direcionamentos específicos da prática jornalística na web, já que se desdobra em um ponto muito específico, o impacto à privacidade e dignidade individual, não explorando questões igualmente importantes, como a política de erros, por exemplo.

Já a *Canadian Association of Journalism* possui o *Ethics Guidelines*. Ele foi revisado em 2011 para anexar orientações para as publicações. Considera que as práticas éticas aplicadas nos meios tradicionais se estendem ao meio web, mas também considera que há adaptações. Analisa, por exemplo, que mesmo havendo a necessidade da velocidade na entrega das informações, esta não deve ser justificativa para negligenciar a informação e a precisão. Também fala da importância de retificar erros, prezando pela indicação das alterações feitas no texto original e quais foram os erros corrigidos, e do uso de conteúdo on-line (vídeos e fotos), priorizando a identificação dos autores.

Um ponto de destaque do documento é um link presente no trecho que leva a um novo documento que fala sobre cancelamento de publicações. O texto trata com mais detalhes o cancelamento de publicações, repudia a exclusão de conteúdo. O texto argumenta que “[...] os pedidos de cancelamento de publicação levantam questões sobre exatidão e justiça, bem como sobre a confiança e credibilidade de nossos leitores e das comunidades que atendemos” (THE CANADIAN ASSOCIATION OF JOURNALISM, 2011, p. [2]).

O documento canadense traz um trecho interessante em seu esforço explicativo para clarear ao jornalista como deve ser a sua conduta em se tratando do cancelamento e evitar erros que possam gerar tal pedido. E mais do que isso, ele revela uma certa dualidade que o jornalismo enfrenta, já que ainda traz sobre o peso dos pedidos e pressões da população para que efetuem cancelamentos, mesmo após anos de publicação. Nota-se que é inviável o jornalista começar a acatar todos os pedidos de



REALIZAÇÃO



APOIO



cancelamentos, pois isso provocaria uma crise de credibilidade e o jornalismo passaria a ser usado exclusivamente para interesses individuais. Mas, em contrapartida, também enfatiza que o ato de não cancelar não é um aval para não corrigir e a retratação deve ser feita sempre que necessária.

Já os documentos do Chile e Finlândia possuem diretivas que, embora não sejam detalhadas, dão um passo a mais para orientar seus jornalistas na web. Os três códigos selecionados, do Chile, Finlândia e Canadá, abordam especificidades para a prática ética do webjornalismo, são elas: correção, uso de links, instantaneidade, cancelamento de matérias.

4. MANUAIS DEONTOLÓGICOS ANALISADOS

Os manuais tornam-se conteúdos valiosos para ajudar a trazer as reflexões éticas e mudanças profissionais para perspectivas mais práticas, atuando como uma ferramenta mais ágil de ser construída. Eles são um instrumento capaz de esclarecer processos de um sistema ou rotina de uma profissão, como é o caso do jornalismo. Mendonça (2012) fala que eles colaboram para auxiliar gestores e profissionais de diversas áreas, para encontrar uma orientação prática para os desafios enfrentados no dia a dia durante suas tarefas.

Para obter um panorama dos manuais jornalísticos foram analisados três documentos: da Suécia, Estados Unidos e do Paquistão.

O manual “*Conjunto de guías éticas para hacer periodismo en la Web*” é uma iniciativa de 2007, produzido originalmente pelo *Poynter Institute*, escola global de jornalismo sem fins lucrativos e organização de pesquisas, e com versão em espanhol patrocinada pelo Centro Knight para o Jornalismo das Américas, organização da Universidade do Texas.

O material do *Poynter Institute* foi elaborado por uma junta de profissionais da área e dividido em seis capítulos com seis temas que os autores consideram importantes de serem abordados por estarem presentes na prática jornalística na web. Ao longo do manual exalta-se a importância de o jornalista manter o seu papel social dentro da web, ter voz e ser a voz da sociedade, uma vez que “jornalistas confiáveis e



REALIZAÇÃO



APOIO



suas organizações devem manter uma alta sensibilidade para as formas variadas e vitais de seu trabalho e articular as distinções na prática atual”. (POYNTER INSTITUTE, 2007, p. 11, tradução nossa).

O manual do *Poynter Institute* ainda fala da credibilidade, exatidão e a experiência multimídia do jornalismo diante da velocidade da web, algo que está atrelado à prática do jornalismo como um todo e que deve ser o mais fiel aos fatos possível, para informar corretamente o público. E dentro da importância de bem informar, ainda aborda a relação entre a velocidade da notícia, os erros jornalísticos e links, deixando claro que “a obrigação de corrigir erros e ser transparente sobre o erro não se reduz no ambiente online” (POYNTER INSTITUTE, 2007, p. 27, tradução nossa). E que o ambiente online ainda proporciona um outro elemento importante que deve ser considerado pelo webjornalismo e nas diretivas deontológicas que é a participação do usuário na construção e produção do conteúdo.

Já do Paquistão, vem uma outra proposta de manual. A organização feminista *Digital Rights Foundation* (DRF), orientada para a defesa e pesquisa que trabalha com questões *on-line* e fundada em 2012, traz o *Guidebook on Ethical Journalism on Digital Platforms* (2018).

O documento-guia paquistanês procura aliar pontualidades do desafio deontológico na web com a prática e orientações tradicionais do jornalismo, trazendo que há especificidades, que a web exige demandas por padrões éticos consistentes com esse cenário, mas que o tradicional não deve ser descartado. Ao longo dos textos, há a tentativa de ajudar o jornalista de forma didática a ter uma ética dentro da web, destacando questões importantes da atualidade como é o caso das mudanças climáticas e eleições.

Outra iniciativa, mais atual, foi o manual desenvolvido em 2018 pelo *International Center for Journalists*, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o governo da Suécia, quando lançaram um guia denominado “A ética periodista na era digital” (RESTREPO; BOTELLO, 2018). É um documento que traz apontamentos semelhantes ao documento elaborado pelo *Poynter Institute*.



REALIZAÇÃO



APOIO



Ambos destacam o desafio de fazer um jornalismo ético na atual conjuntura *on-line*, em que, ao mesmo tempo em que propicia ferramentas para buscar, verificar e interagir, esses mesmos mecanismos web potencializam a corrida informativa, desafiando a apuração de qualidade, a ética e a luta contra a desinformação. Mas também diferem em alguns aspectos, como ao falarem do conteúdo gerado pelo usuário e/ou encontrado nas redes. O documento do *Poynter Institute* afirma que esse tipo de conteúdo deve ser explorado, pois é uma expressão de liberdade e da sociedade. Já o documento desenvolvido em parceria com a UNESCO é superficial nesse quesito, argumentando que a falta de uma legislação para a web cria o que chama de zona de colonização, “[...] em que se trata de impor a lei do mais forte, do primeiro que chega e apanha, mas isso não significa que o sentido ético de justiça e de veracidade desapareceram” (RESTREPO; BOTELLO, 2018, p. 31, tradução nossa).

Os manuais conseguem ampliar as discussões sobre a ética na web com mais eficácia e rapidez que os códigos, pois permitem esse dinamismo maior, por terem uma publicação mais recorrente. Ao ler os manuais aqui analisados, é possível levantar o questionamento da necessidade de considerar questões deontológicas mais específicas dentro da web, pois revelam a forma como a abrangência e a velocidade afetam o jornalismo nesse meio, não sendo a mesma coisa o que ocorre no meio tradicional e na web. Com esta análise foi possível identificar como especificidade: presença do público na construção da notícia, políticas de correção e transparência para informar erros cometidos.

5. A COLABORAÇÃO DEONTOLÓGICA DOS ESTATUTOS

Os estatutos proporcionam algum regramento e diretriz para o jornalista, de forma mais específica, na sua atuação dentro de um determinado meio. Diferentemente dos códigos e de alguns manuais, os estatutos são uma construção empresarial que ordena e protege seus associados (MARINHO, 1966) e, da perspectiva do jornalismo, são desenvolvidos por empresas jornalísticas para atender demandas orientativas de seus editoriais. Sodero (1982) define estatuto como “conjunto de normas jurídicas que disciplinam um instituto de direito ou os direitos e deveres de



REALIZAÇÃO



APOIO



uma classe profissional, de uma entidade pública ou privada, nacional, estrangeira ou internacional” (SODERO, 1982, p. 9).

Diferentemente dos códigos e manuais apresentados anteriormente, aqui propõe-se a análise apenas de um documento da Associação de Jornalismo Digital (Ajour). A Ajour foi criada em 2021 e é formada por organizações jornalísticas independentes, com apoio do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas e de uma doação do Google.

A jovem entidade, assim como os estatutos e manuais das demais associações, não vem com o intuito de definir regras de conduta ética. A existência da Ajour, assim como do seu estatuto, representa um avanço importante na abertura de um espaço e de um grupo disposto para contribuir no debate sobre as demandas do webjornalismo no Brasil e orientação para os profissionais a ela associados.

O estatuto traz um mix de apontamentos relacionados com a prática jornalística em si, sem uma distinção de aplicabilidade para o tradicional ou web. Mas, ao mesmo tempo, aborda outras questões mais pontuais da web e foca na correção de erros, destacando que ela precisa ser abertamente divulgada em manter caminhos de contato com o leitor e utilizar links para indicar fontes documentais.

6. DIRETRIZES DOS DOCUMENTOS ANALISADOS

Os sete documentos dos sete países possuem orientações para a deontologia jornalística praticada na web, contribuindo para uma melhor compreensão dos desafios e reflexões que esse ambiente ainda novo para a prática de um jornalismo ético proporciona.

Considerando os diferentes códigos, manuais e estatutos, e suas contribuições ou fragilidades para guiar a deontologia do jornalismo, foi elaborado o quadro a seguir. Ele apresenta os principais pontos dos documentos citados ao longo da análise, com diretivas que evocam características específicas da web, como a interatividade e instantaneidade, o que colabora para que seja mais concebível o estabelecimento de relações entre a prática do webjornalismo e a deontologia jornalística dentro do meio.

Quadro 1: Diretivas para web encontradas nos documentos deontológicos

Códigos				
Nome	Entidade	Ano	País	Principais pontos
Ethics Guidelines	The Canadian Association of Journalism	2011	Canadá	<ul style="list-style-type: none"> - Precisão na apuração web; - Declarar as fontes (quando possível); - Permissão para uso de conteúdo de terceiros na web; - Redes sociais como conexão, com verificação rigorosa de informações; - Políticas de correção e cancelamento.
Guidelines for Journalists	Council for Mass Media	2014	Finlândia	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar site para impedir informações incorretas; - Canal para público informar erros; - Informar quando é conteúdo editorial.
Estatuto del Colegio de Periodistas de Chile	Colegio de Periodistas de Chile	2015	Chile	<ul style="list-style-type: none"> - Citar origem de informações e dados; - Informar as datas e hora quando houver.
Manuais				
Nome	Entidade	Ano	País	Principais pontos
Conjunto de guías éticas para hacer periodismo en la Web	Poynter Institute e Centro Knight para o Jornalismo nas Américas	2007	EUA	<ul style="list-style-type: none"> - Cuidado com a opinião pessoal e jornalísticas; - Considerar métricas para decidir sobre conteúdo e servir melhor a sociedade; - Exatidão e transparência na informação; - Corrigir e reportar erros; - Toda a produção online precisa ser verificada, não importando a editoria; - Considerar o conteúdo gerado pelo usuário para construir a notícia, mas apurar a credibilidade e relevância.
Guidebook on Ethical Journalism on Digital Platforms	Digital Rights Foundation – DRF	2018	Paquistão	<ul style="list-style-type: none"> - Rígor na apuração e precisão na web; - Uso de bancos de dados confiáveis; - Independência e transparência; - Passar informações claras; - Distinguir fatos e boatos; - A instantaneidade pode causar erros e cabe aos jornalistas a retratação e correção; - Jornalistas estão sujeitos aos <i>haters</i> no mundo digital; - Verificação de origem de imagens e vídeos e devida identificação de

				autores (quando possível).
Ética Periodística en la Era Digital	International Center for Journalists	2018	Suécia	<ul style="list-style-type: none"> - Combate às <i>fake news</i>; - Verificação de dados; - Colaboração da sociedade (na informação e combate a desinformação); - Pluralidade de fontes; - Atender à instantaneidade, mas sem prejudicar a informação; - Não limitar-se à “bolha digital”.
Estatutos				
Nome	Entidade	Ano	País	Principais pontos
Código de Conduta dos Associados	Associação de Jornalismo Digital - Ajor	2021	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Pluralidade; - Política de correção; - Linkagem.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

É interessante observar que não há o descarte das diretrizes mais tradicionais, como se o que é aplicado há décadas dentro do jornalismo de repente não tivesse mais utilidade. Mesmo dentro da web, são consideradas a objetividade, o compromisso com a verdade, o rigor da apuração e a clareza da informação, por essas relações serem a base para toda a prática jornalística. O que ocorre é que os profissionais desses países com diretivas para web, compreenderam que é preciso um olhar mais cuidadoso com alguns pontos na web, uma vez que ela estabelece dinâmicas diferentes e ampliadas em comparação com o cenário jornalístico de vinte ou trinta anos atrás.

Nos documentos-guias analisados, dois pontos são pulsantes, ainda que em medidas diferenciadas: política de erros e retratação e a relação com fontes. Os documentos analisados se repetem, com razão, ao falar da necessidade de atenção quando se trata dos erros na web. Acreditam na necessidade da transparência, admitir o erro e corrigi-lo quando ocorre, e repudiam a atitude de ignorá-los por prejudicarem a credibilidade do jornalismo.

Vieira (2014) aponta que as reflexões envolvendo a retificação de erros no conteúdo jornalístico na web partem de um entendimento de que há um problema no modelo atual que não contempla as necessidades éticas do webjornalismo ou a



REALIZAÇÃO



APOIO



relevância de manter o leitor informado sobre potenciais incorreções. A própria abrangência da web acaba sendo uma aliada, mas também pode ser prejudicial sem o devido cuidado durante o processo de apuração (SANTI, 2010). Tendo em vista um contexto, cabe aos códigos, manuais e estatutos contribuírem para nortear a construção de caminhos éticos.

Sobre as fontes, os documentos trazem a importância de se ter atenção, pois a web é uma terra fértil para diferentes vozes confiáveis e não confiáveis. Um ponto é o fato dos usuários assumirem uma posição de fonte de jornalistas, conforme apontado pelo manual do *Poynter Institute*. Destaca a importância do público na web para a construção da notícia, mas igualmente considera importante apurar todos os fatos, tendo em vista a abrangência das informações que constantemente circulam no meio, conforme aponta Machado (2002).

Nessa discussão dos manuais, os materiais analisados trazem a presença do usuário com mais frequência. Eles discorrem de que a web tem como característica essa presença na disseminação de informações dos indivíduos que não são jornalistas e que essa colaboração pode ser benéfica, desde que siga o rigor da apuração e se estabeleça os princípios éticos.

Apesar da importância que as orientações éticas presentes nos sete documentos-guias possuem para a prática do jornalismo na web, um aspecto delicado nesse ambiente não é muito abordado ou é feito com pouca profundidade, que é o uso de imagem e direitos autorais. Como na web praticamente tudo é visível e de conhecimento público, inclusive as fotos das redes sociais das pessoas e outros tipos de fotografias, sejam de profissionais ou não, não consideram como essas questões são críticas e potencializadas.

A importância dos direitos de uso e direitos autorais deve ser considerada em toda a prática jornalística, mas a abrangência da web deu, de certa, forma, uma permissão ilusória e problemática no uso desses materiais. O uso de fotos e vídeos *online* podem estar disponíveis para todos, mas de forma alguma é sinônimo de passível para uso, pois tudo é submetido a lei de direitos autorais, um direito constitucional resguardado dentro dos preceitos da Lei.

No processo de separação e posterior análise dos documentos-guias, observou-se que há colaborações, principalmente se tratando das questões diretamente ligadas a construção da notícia (participação do usuário) e preservação da credibilidade jornalística (políticas de correções).

Entretanto, enquanto os códigos pecam em sua economia de detalhamento, os manuais trazem questões a mais, mas que não se desdobram especificamente dentro da web. São pontos que perpassam o comprometimento inegociável com a sociedade e integridade da informação passada, preservação de fontes, até a verificação de informações antes de publicações e eventuais correções em caso de erros.

Os códigos, manuais e estatuto aqui analisados trazem contribuições importantes para e necessidades que o jornalista enfrenta na web para produzir, apurar e noticiar com qualidade e ética. A falta de orientações éticas para web e, ao mesmo tempo, a existência de algumas iniciativas que trazem propostas de direcionamentos ao jornalista, nos leva a levantar alguns tópicos relevantes na reflexão da renovação do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, para que este tenha um alinhamento com as demandas da web. Esses tópicos baseiam-se nos documentos-guias analisados e das diretrizes para a prática do webjornalismo ético que possuem. São eles:

Quadro 2 – Aspectos para diretrizes para a ética no webjornalismo

Apuração	Cuidado na apuração de dados disponíveis nos bancos <i>on-line</i> .
Fontes de dados	Utilizar-se de fontes e de bancos de dados confiáveis derivantes da web.
Prática colaborativa com a sociedade	Considerar a colaboração do usuário na construção da notícia, com a devida verificação de fatos e credibilidade da fonte.
Direitos sobre conteúdo de terceiros adquiridos e encontrados na web	Cuidado com o uso de imagens disponíveis na web e identificação de origem.
Instantaneidade <i>versus</i> qualidade	Não permitir que a instantaneidade defina o trabalho jornalístico, de modo a prejudicar a qualidade.
Linkagem	Ao utilizar links nas matérias, garantir a confiabilidade para proporcionar ferramentas para o leitor se informar.
Pluralidade	Com a abrangência que a web permite, trazer a pluralidade de vozes, o que colabora para o caráter social que o jornalismo possui.



REALIZAÇÃO



APOIO



Estes são considerados os principais pontos abordados ao longo dos sete documentos que possuem orientações para web.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos sete documentos selecionados e a metodologia aplicada da análise dos documentos, é perceptível que uma das maiores preocupações levantadas é em manter inabalável o compromisso ético do jornalismo com a informação e enfrentar o desafio da apuração diante da disseminação de notícias incorretas ou incompletas.

Estabelecer uma conduta para apuração do jornalista que considere as exigências da web de agilidade em dar a notícia, em atender a produção ininterrupta de notícias e identificar a origem das informações que chegam até jornalista são pontos a serem considerados. Da mesma forma, nota-se que a importância que se dá nos documentos deontológicos levantados para a criação de caminhos para retificação e controle de erros vem como uma resposta às falhas que a agilidade da web tem ocasionado no jornalismo ao mesmo tempo em que demonstra que há uma crescente necessidade de haver essa estruturação nas redações, em resposta aos erros cometidos diante da constante batalha de apuração e agilidade em noticiar.

O webjornalismo ainda precisa encontrar caminhos para as especificidades deontológicas da profissão dentro da web, mas é necessário que o Código de Ética acompanhe as demandas atuais.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABLE JOURNALISM. **Codes of Ethics**. Columbia: University of Missouri, [2021]. Disponível em: <<https://accountablejournalism.org/ethics-codes>>. Acesso em: 5 de set. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISMO DIGITAL. **Código de Conduta dos Associados**. 2021. Disponível em: <<https://ajor.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Co%CC%81digo-de-Conduto-Ajor.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



CANAVILHAS, João (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros Labcom, 2014. 196 p. Disponível em: <http://labcom.ubi.pt/livro/121>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O caso do Brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. **Cuadernos.info**, [s. l.], nº 29, p. 25-34, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://cuadernos.info/index.php/cdi/article/view/21939>>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

_____. Para uma abordagem virtuosa do Jornalismo. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 1, p. 96-107, jan/jun de 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/25855/19762>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

COLEGIO DE PERIODISTAS DE CHILE. **Estatuto del Colegio de Periodistas de Chile**, 2015. Disponível em: <<https://www.colegiodeperiodistas.cl/p/etica-periodistica.html>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

COUNCIL FOR MASS MEDIA. **Guidelines for Journalists**, 2011. Disponível em: <http://www.jsn.fi/en/guidelines_for_journalists/>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. Regras da casa: elementos para uma historiografia do código de ética dos jornalistas brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **GT História do Jornalismo**. Ouro Preto: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2013. v. 1, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/90-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/regras-da-casa-elementos-para-uma-historiografia-do-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

DIGITAL RIGHTS FOUNDATION. **Guidebook on Ethical Journalism**, 2012. Disponível em: <<https://digitalrightsfoundation.pk/wp-content/uploads/2018/09/Guidebook-on-Ethical-Journalism-e-version-copy.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HASNAT, Mohammad Ofiul. Credibilidade das redes sociais online: aos olhos dos jornalistas profissionais finlandeses. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], v. 25, n. 25, p. 202-219, junho de 2014. University of Minho. Disponível em: <[tps://revistacomsoc.pt/article/view/879](https://revistacomsoc.pt/article/view/879)>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997. Coleção Novas buscas em comunicação, v. 54.

KORTE, Mayara Cristina. **Ética no Webjornalismo: um estudo sobre as diretrizes deontológicas internacionais da profissão e as concepções éticas dos jornalistas do vale do itajaí**. 2021. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação - Cchc, Universidade Regional de Blumenau (Furb), Blumenau, 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1-HIOZcltDOF2wjSMAopnRK-ALJIVtJai/view?usp=sharing>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: Ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, editora UNESP, 2005.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaço-jornalistas.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

MACHADO, Elias. A dinâmica da deontologia no jornalismo digital. In: ANAIS DO 12º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 2003, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFBA, 2003. p. 1-15. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2003/papers/a-dinamica-da-deontologia-no-jornalismo-digital>>. Acesso em: 23 de março de 2021.

MARINHO, Josaphat. Institucionalização e estatuto dos partidos políticos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 3, n. 9, p. 3-10, mar. 1966. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180781>>. Acesso em: 14 de set. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de. **Processos administrativos**. 2012. 88 f. Monografia (Especialização) – Especialização em Gestão Pública: Departamento de Ciências da Administração - UFSC; CAPES: UAB, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/PROCESSOS-ADMINISTRATIVOS3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

MIELNICZUK, Luciana. **Webjornalismo de Terceira Geração**: continuidades e rupturas no jornalismo desenvolvido para a web. In: XXVII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Porto Alegre (RS), 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/33239839420892013900619660266793099419.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2021.

ObjETHOS, Observatório da Ética Jornalística. **Coleção de Códigos Deontológicos**. Florianópolis: UFSC, 2021. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/codigos/>>. Acesso em: 12 set. 2021.

POYNTER INSTITUTE. **Conjunto de guías éticas para hacer periodismo en la web**, 2007. Disponível em: <<https://journalismcourses.org/wp-content/uploads/2020/08/Ethical-Guidelines-for-Online-Journalism.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RETREPO, Javier Dario; BOTELLO, Luis Manuel. **Ética Periodística en la Era Digital**. International Center for Journalists. Washington, DC, 2018. Disponível em: <http://eticaperiodistica.info/wp-content/uploads/2018/05/Manual_EticaPeriodistica.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SANTI, Vilso Junior. O DESAFIO DA APURAÇÃO JORNALÍSTICA NO CIBERESPAÇO. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 15, n. 23, p. 8-17, 27 de outubro de 2010. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PUCRS). Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/9021>>. Acesso em: 20 abr. 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



SANTOS, Ana Leonor Morais. Uma nova ética para um novo jornalismo? Revisitando o imperativo da responsabilidade. **Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, [s. l.], n. 9, p. 27-40, 13 dez. 2019. Jul/Dez. Coimbra University Press. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_9_2>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SODERO, Fernando Pereira. Conceito de Estatuto: o estatuto da terra. **Justitia**, São Paulo, v. 44, n. 116, p. 9-14, jan. 1982. Jan/Mar. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/2bdcdb.pdf>>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

THE CANADIAN ASSOCIATION OF JOURNALISM. **Etics Guidelines**, 2011. Disponível em: <<https://caj.ca/ethics-guidelines>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

VIEIRA, Livia de Souza. **Parâmetros éticos para uma política de correção de erros no jornalismo online**. 2014. p. 259. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129258>>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.